

CARGO: AN04 – ANALISTA TÉCNICO II

AValiação de Conhecimentos Específicos

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

A confissão é a voz da consciência.

Conforme previsto em comunicado, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo que pertencente aos que já tenham terminado as provas.**
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.**
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em comunicado, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.**

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em comunicado.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS (BÁSICOS E ESPECÍFICOS)

Acerca de licitações, contratos e convênios, julgue os itens seguintes.

- 1 Na contratação, por meio de dispensa de licitação, de empresa para fornecimento de bem necessário a atender situação emergencial ou calamitosa, o poder público deve fazer constar no processo documento que demonstre a compatibilidade entre os preços contratados e aqueles vigentes no mercado ou os fixados por órgão oficial competente ou, ainda, os que constam em sistemas de registro de preços.
- 2 As cláusulas que estabelecem os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas são necessárias em todo contrato administrativo.
- 3 Ao realizar contratação direta de empresa por inexigibilidade de licitação, o ente público deve justificar a inviabilidade do certame licitatório, fazendo constar do procedimento administrativo a comprovação dos pressupostos simultâneos de notória especialização da contratada e da singularidade do objeto do contrato.

Em relação a atos administrativos e controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 4 No exercício do controle externo, o Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, analisa a legalidade, mas não a legitimidade, dos atos administrativos da União e das entidades da administração direta e indireta.
- 5 Há vício de finalidade específica na conduta de prefeito municipal que recebe dinheiro destinado ao seu município, por meio de convênio com o Ministério do Meio Ambiente, para a construção de açude público e o gasta em obras que objetivam facilitar a passagem de veículos sobre rios.

Julgue os próximos itens, relativos ao direito constitucional.

- 6 É constitucional lei estadual — editada por estado em que haja 30 mil cargos de provimento efetivo — por meio da qual sejam criados 35 mil cargos em comissão, desde que a maioria desses novos cargos refira-se a áreas eminentemente técnicas e operacionais.
- 7 Aos cidadãos é facultada a iniciativa direta das leis complementares e ordinárias, e a apresentação de proposta de emenda constitucional.
- 8 Um estado pode editar lei para proibir a cobrança de assinatura básica mensal pelas concessionárias de serviço de telecomunicações.

A respeito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 9 A justiça do trabalho é competente para processar e julgar ação possessória de determinada empresa contra grupo de trabalhadores grevistas que, tendo organizado movimento paralisante na empresa, impeça os demais funcionários de trabalhar no local.
- 10 Qualquer cidadão tem legitimidade para requerer ao Supremo Tribunal Federal que aprobe, reveja ou cancele súmula vinculante.

Considerando as normas constitucionais tributárias vigentes, julgue os seguintes itens.

- 11 O estado tem competência para instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.
- 12 Serviços públicos prestados, pela União, estados e municípios, a usuários determinados não podem ser financiados por taxas.
- 13 A União está autorizada a instituir empréstimo compulsório com o propósito de obter recursos para a reconstrução de cidades destruídas por enchentes, desde que o faça por meio de lei complementar.
- 14 Admite-se tratamento diferenciado e favorecido a empresas de pequeno porte, inclusive por meio da simplificação do regime tributário do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

O empresário enquadrado como microempreendedor individual passa a ter direito a aposentadoria por idade ou por invalidez, seguro por acidente de trabalho e licença-maternidade. A família também tem direito a pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão. Ele ainda passa a integrar o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), poderá ter conta bancária e benefícios como acesso a linhas de financiamento especiais com juros reduzidos e participação nas licitações públicas. Seu registro será simplificado e livre de taxas e emolumentos.

Internet: <www.sebraesp.com.br> (com adaptações).

Com base nas normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido aos microempreendedores individuais, às microempresas e às empresas de pequeno porte, julgue os itens subsequentes.

- 15 O recolhimento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido mediante documento único de arrecadação, no âmbito do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES Nacional), constitui forma de desburocratizar e simplificar o sistema tributário dos microempresários.
- 16 No âmbito do SIMPLES Nacional, não há incidência do imposto sobre produtos industrializados nem da contribuição para o PIS/PASEP, o que representa verdadeiro estímulo fiscal às microempresas.
- 17 Um microempreendedor individual que contratar empregados não poderá optar pelo pagamento fixo mensal de tributos previsto em lei.
- 18 As cooperativas, exceto as de consumo, podem ser beneficiárias dos incentivos e estímulos dados às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 19 A apuração e o recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante regime único de arrecadação, constituem expressões do tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas.
- 20 A receita bruta anual deixou de ser considerada pela legislação fator relevante para definir a figura do microempreendedor individual, tendo sido substituída pela quantidade de empregados contratados.

Julgue os itens a seguir, com relação aos institutos e ao ordenamento processual civil.

- 21 Considere que, após a prolação de sentença em que tenha sido julgado totalmente procedente o pedido inicial, a parte autora interponha embargos de declaração no prazo de cinco dias e, no mesmo prazo, a parte ré interponha recurso de apelação. Nessa situação, após o julgamento dos embargos, deve o apelante ratificar os termos do seu recurso a fim de viabilizar o juízo positivo de admissibilidade.
- 22 Em obediência ao princípio da inércia ou da demanda, o juiz que discordar do pedido formulado pela parte interessada não poderá modificar a medida cautelar postulada ou eleger a que julgar mais adequada ao caso concreto.
- 23 Suponha que Gérson ajuíze ação declaratória de inexistência de relação jurídica em face de Matheus, tendo como causa de pedir o pagamento da dívida. Nessa situação, é juridicamente incabível o pedido de antecipação de tutela, visto que a sentença terá conteúdo meramente declaratório.
- 24 Embora seja cabível a impetração de mandado de segurança para o controle da competência dos juizados especiais, veda-se a sua utilização para o controle do mérito das decisões desses juizados.
- 25 Quando o trânsito em julgado da sentença condenatória ocorrer em sede de instância recursal, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no tribunal de justiça ou no tribunal regional federal, após a baixa dos autos à origem e a aposição do “cumpra-se” pelo juiz de primeiro grau, o devedor deverá ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias e, caso não haja pagamento em tempo hábil, passará a incidir multa de 10% sobre o montante da condenação.

No que se refere ao direito civil, julgue os próximos itens.

- 26 Suponha que Joaquim, proprietário de um imóvel, decida usar a extensão de seu domínio de forma anormal, com o notório propósito de prejudicar seu vizinho, um desafeto de longa data. Nessa situação hipotética, Joaquim comete ato ilícito por abuso de direito, independentemente de agir com dolo ou culpa.
- 27 O ato constitutivo de uma sociedade deve ser levado a registro para que esta comece, então, a existir legalmente como pessoa jurídica.
- 28 Considere a seguinte situação hipotética. Márcio comprou um automóvel financiado em vinte parcelas mensais iguais e sucessivas, mas deixou de pagar o financiamento após a quinta parcela. Quando a obrigação já atingia a décima prestação, recebeu significativo valor de herança e pleiteou, junto à financeira, a quitação da décima primeira à vigésima parcela. Tal pretensão foi-lhe negada sob o argumento de que deveria iniciar o pagamento pelos débitos já vencidos. Nessa situação hipotética, é lícita a pretensão de Márcio em relação à quitação dos débitos.
- 29 Embora os credores possam livremente ceder seus créditos sem a anuência dos devedores, a cessão só valerá perante o devedor após ser ele notificado.
- 30 Considere que um corretor omite intencionalmente ao interessado na compra de determinado imóvel o fato de o bem encontrar-se em área declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação. Nessa situação, o negócio jurídico deve ser considerado válido, visto que a conduta omissiva do corretor não é apta a induzir o comprador à falsa percepção da realidade.

Com relação ao direito do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 31 As horas de sobreaviso e as de prontidão, se noturnas, não devem ser contadas com a observância da redução ficta do horário noturno, tampouco remuneradas com qualquer adicional.
- 32 Na modalidade de resilição do contrato de trabalho por prazo indeterminado por culpa recíproca, além da liberação das guias para saque do FGTS, o empregado faz jus a uma multa no importe de 20% sobre o saldo do fundo de garantia resultante do contrato.
- 33 Empregado detentor de estabilidade pode pedir demissão a qualquer tempo, sendo necessária, no entanto, a assistência do respectivo sindicato, do órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego ou da justiça do trabalho.
- 34 Contrato de experiência é o negócio jurídico por meio do qual empregado e empregador, no âmbito privado, aferem reciprocamente suas condutas, com o objetivo de uma futura, porém incerta, efetivação do ajuste precário em contrato por tempo indeterminado, que pode ser celebrado por prazo não superior a três meses, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.

No que se refere ao direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 35 Entre as inovações presentes na Emenda Constitucional n.º 45/2004, inclui-se a atribuição de competência à justiça do trabalho para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, cuja competência anterior era da justiça federal.
- 36 Em relação à representação na justiça trabalhista, preceitua a CLT que o empregador pode fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, sendo sempre necessário, no entanto, que o substituto seja empregado da empresa.
- 37 A prescrição bienal em relação à interposição da ação trabalhista pode ser interrompida pela simples distribuição da ação, ainda que arquivada. Assim, o ajuizamento de nova ação deve obedecer a novo prazo prescricional para qualquer pedido requerido pelo autor.
- 38 Da decisão proferida pelo tribunal regional do trabalho em ação rescisória, caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- 39 De acordo com o princípio da identidade física do juiz, também aplicado às varas do trabalho, o juiz que colher a prova é quem deve proferir a sentença.
- 40 O *ius postulandi* aplica-se, de forma pacífica, no primeiro grau de jurisdição, tanto às ações trabalhistas quanto aos mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

No que se refere à legislação que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, julgue os itens a seguir.

- 41 Se dois ou mais autores tiverem realizado, de forma independente, a mesma invenção ou modelo de utilidade, o direito de obter a patente será assegurado àquele que comprovar a data de invenção ou criação mais antiga.
- 42 A concessão de patentes de desenho industrial constitui uma das formas de proteção dos direitos relativos à propriedade industrial.
- 43 No que se refere às patentes, o requerente deve, em regra, comprovar legitimidade para obtê-la, no ato de depósito do pedido, mediante a apresentação de documentação hábil.

No que se refere às patentes, julgue os itens subsequentes.

- 44 O denominado certificado de adição de invenção pode ser concedido ao titular da patente para proteger aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção, ainda que destituído de atividade inventiva, desde que a matéria se inclua no mesmo conceito inventivo.
- 45 Concedida a patente, sua nulidade poderá ser declarada tanto administrativamente, mediante processo administrativo próprio, quanto pelo Poder Judiciário, no âmbito de ação de nulidade ajuizada a qualquer tempo da vigência da patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.

Julgue os itens seguintes, relativos ao registro dos desenhos industriais e às patentes.

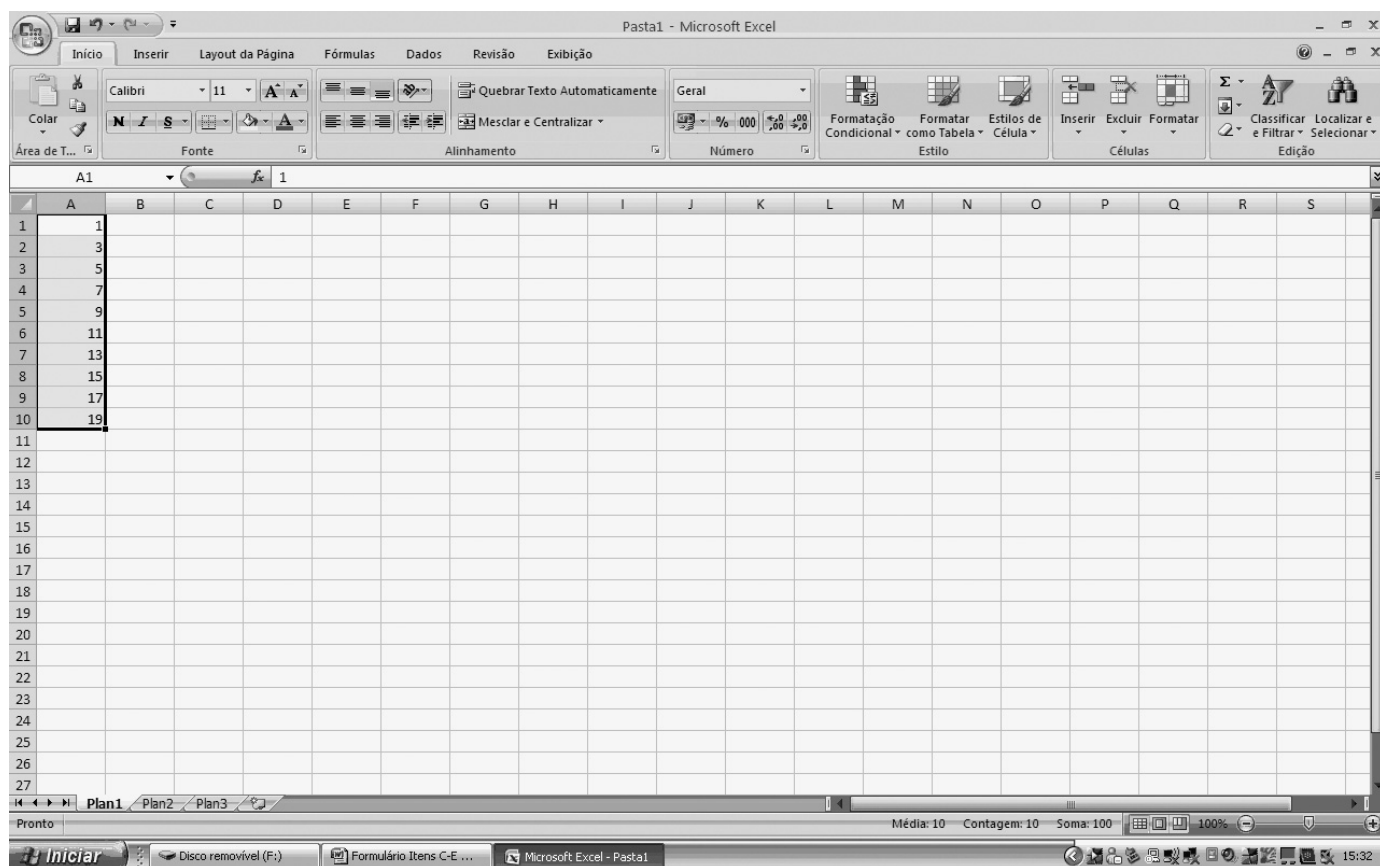
- 46 A caducidade constitui uma das formas de extinção do registro.
- 47 No que se refere ao prazo de vigência, a proteção legal concedida ao registro é distinta da concedida à patente de invenção, podendo o registro vigorar por prazo superior ao estabelecido para a patente.
- 48 Assim como ocorre com a nulidade administrativa de patentes, a legislação contempla possibilidade de suspensão dos efeitos da concessão do registro, mediante requerimento ou instauração de ofício do processo administrativo de nulidade do registro.

No que diz respeito aos direitos sobre as marcas, julgue os itens que se seguem.





- 49 Ao titular da marca ou ao depositante é assegurado o direito de licenciar seu uso mediante contrato, o qual, para produzir efeitos em relação a terceiros, deverá ser averbado pelo INPI.
- 50 O titular da marca pode impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, na sua promoção e comercialização.

A respeito de gestão de escritórios terceirizados, julgue os próximos itens.








- 51 Por meio da terceirização — considerada um processo de gestão —, a organização repassa algumas atividades a terceiros, com os quais estabelece relação de parceria, concentrando-se a organização apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua.
- 52 A finalidade da terceirização é reduzir custos, o que é alcançado com a desobrigação de encargos sociais e legais, visto que, com o processo de terceirização, são reduzidos os benefícios concedidos às pessoas da organização.
- 53 O conceito de *outsourcing*, fortemente relacionado à ideia de subcontratação de serviços, refere-se à obtenção, por parte de uma organização, de mão de obra de fora, terceirizada.
- 54 A quarteirização, espécie de evolução da terceirização, caracteriza-se pelo deslocamento do gerenciamento dos contratos de *outsourcing* para empresas cuja especialidade é esse tipo de gerenciamento.
- 55 São vantagens do escritório terceirizado, entre outras, a flexibilização do tempo de contrato, a redução de custos com pessoal, a redução de custos com infraestrutura e a rapidez para a instalação da empresa.
- 56 A utilização de escritório compartilhado é vantajosa por permitir a divisão de custos e, principalmente, da carteira de clientes.
- 57 É comum que os relatórios elaborados por escritórios jurídicos terceirizados apresentem, além de informações básicas, como, por exemplo, dados processuais, número de processos, fases e situações processuais, valor sugerido para provisão, informações mais detalhadas, tais como forma e composição da provisão sugerida, deficiências da empresa que tenham provocado o ajuizamento de ações judiciais e fornecedores corresponsáveis pela geração do passivo.
- 58 Apesar da forte expansão do processo de terceirização e de seus imensos efeitos nas relações de trabalho, a legislação brasileira não é suficientemente clara no que diz respeito à regulação dos aspectos legais do processo de terceirização, não havendo, no Brasil, lei federal específica que regule as suas várias dimensões, especialmente no que concerne às relações de trabalho.
- 59 Os principais objetivos da terceirização são redução de preços e eficiência do processo.
- 60 A terceirização é uma opção administrativa muito comum nas empresas privadas, mas pouco utilizada na administração pública.





Considerando que a figura acima corresponde a uma planilha eletrônica do Excel 2007, julgue os itens que se seguem.

- 61 Os ícones  e  do menu **Fórmulas** do Excel 2007 são utilizados para selecionar, respectivamente, as funções Usadas Recentemente e Lógicas.
- 62 O ícone  permite formatar um intervalo de células e convertê-lo em tabela.
- 63 O seguinte procedimento reproduz os resultados da coluna A, apresentados na figura: colocar na célula A1 o valor 1; selecionar as células de A1 a A10; selecionar o ícone  do menu Edição e, em seguida, escolher a opção Série e preencher o campo de Incremento com o valor 2.






Com relação ao MSWord 2007, julgue os seguintes itens.

- 64 O controle de alterações no texto pode ser acionado pressionando-se simultaneamente as teclas ,  e .
- 65 O ícone  é utilizado para iniciar uma lista numerada. Clicando a seta , o usuário pode selecionar o tipo desejado de numeração.
- 66 Ao se selecionar um texto e pressionar simultaneamente as teclas  e , a fonte do texto selecionado será trocada para tudo em maiúsculo, ou a primeira letra de cada palavra em maiúsculo ou tudo em minúsculo.

A respeito de MSPowerPoint 2007, julgue os itens a seguir.

- 67 O ícone  é utilizado para definir o idioma para a verificação da ortografia e da gramática do texto selecionado; e o ícone , para traduzir em outro idioma o texto selecionado.
- 68 No MSPowerPoint 2007, é possível desenhar linhas e fazer marcações nos *slides* durante a apresentação, no modo de exibição Apresentação de Slides. Ao sair desse modo de exibição, é possível preservar ou descartar as anotações (linhas e marcações) feitas.

Com base no Internet Explorer 8, julgue os itens subsequentes.

- 69 Navegação por cursor é o recurso que permite o uso das teclas de navegação padrão do teclado: , , , , e as teclas de seta. Sua ativação pode ser feita clicando-se, no menu Página, a opção Navegação por Cursor e, então, clicando, na janela que se abrirá, a opção Sim.
- 70 A exibição do sítio visitado no modo de tela inteira pode ser ativada, ou desativada, pressionando-se a tecla de função .

PROVA DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
 - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
 - Na **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA: ESTUDO DE CASO**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
-

O INPI instaurou de ofício, no prazo legal, processo administrativo de nulidade de patente por julgar que o relatório apresentado pelo autor da invenção não descrevia o objeto de forma clara e suficiente, o que impossibilitava a sua realização por técnico no assunto. Durante a tramitação do processo administrativo, a patente foi extinta por falta de pagamento da retribuição anual, nos termos do art. 78, IV, da Lei n.º 9.279/1996.

Com base nesse caso hipotético, discorra sobre a conduta a ser adotada pelo INPI, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ extinção da patente e perda (ou não) de objeto do processo administrativo de nulidade;
 - ▶ momento a partir do qual são produzidos os efeitos da extinção da patente e da decisão no processo de nulidade, respectivamente.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	